

Uma tradução do projeto [Traduções Abolicionistas](#)

Texto original:

MCDUFF, R.; PERNELL, D.; SAUNDERS, K. Open letter to the anti-rape movement. Disponível em: <<https://issuu.com/projectnia/docs/letter-to-the-antirape-movement>>.

Tradução autorizada por Mariame Kaba.

Traduzido por Margarida Nogueira.

Data de publicação: 21 dez. 2022.

**Carta aberta ao movimento
contra o estupro (1977)
robin mcduff, deanne pernell
e karen saunders
*Santa Cruz Women Against Rape***

SOBRE A TRADUÇÃO (2022)

Por Margarida Nogueira

Escrita em 1977 e publicada no periódico feminista *Off Our Backs*¹, a “Carta aberta ao movimento contra o estupro”, redigida por feministas socialistas empenhadas na luta pelo fim da violência contra a mulher, é um documento fundamental para resgatar as ideias e projetos que há décadas nadaram na contracorrente daquilo que Mariame Kaba chama de a profissionalização dos movimentos contra a violência de gênero. As feministas do grupo de Santa Cruz, neste sentido, criticaram a dependência no sistema de justiça criminal para enfrentar a violência e as várias formas de opressão.

O texto foi republicado em 2020, em um zine produzido com o objetivo de resgatar e divulgar a carta. O zine inclui uma Introdução por Mariame Kaba e um Pós-fácio por Jes Skolnik. Para esta tradução, incluímos a Introdução. Partindo da sua própria experiência como ativista e organizadora política no movimento contra o estupro da década de 1980, a abolicionista estadunidense Mariame Kaba faz um balanço crítico sobre os movimentos da época, finalizando com algumas indicações bibliográficas.

¹ mc'duff, robin, pernell, deanne, & saunders, karen. (1977). letter to the anti-rape movement. *Off Our Backs*, 7(5), 9–10. <http://www.jstor.org/stable/25792369>

INTRODUÇÃO (2020)

Por Mariame Kaba

Comecei o trabalho de organização política contra o estupro em 1989, quando estava na faculdade. Quis me voluntariar num centro de crise já no ensino médio, mas fui rejeitada (história para outro dia). Depois da faculdade, continuei a voluntariar-me e mais tarde passei a trabalhar em centros de crise de estupro e organizações contra a violência doméstica. Até então (final da década de 1980), o movimento contra a violência de mulheres e garotas (agora mais amplamente chamado movimento contra a violência de gênero) já estava a caminho de se tornar um campo profissionalizado. A profissionalização desgastou os modelos de apoio entre pares que envolviam sobreviventes/vítimas para ajudar outros sobreviventes por meio de grupos de apoio e aconselhamento. Pressionou as pessoas a se identificarem como “especialistas” e desencorajou membros da comunidade de tomarem a liderança no trabalho. Empurrou sobreviventes de violência para fora do cenário afirmando que eles ainda estavam “em crise” e, portanto, não deveriam ser líderes, suprimindo a organização política como um caminho para a cura.

É importante lembrar que o movimento contra o estupro do início da década de 1970 emergiu de um movimento radical de mulheres que não confiavam no Estado para lidar com suas preocupações. Os primeiros centros comunitários de crise para casos de estupro operavam explicitamente fora do paradigma do serviço social, focando-se na ajuda mútua. Na maioria das vezes, não dependiam da ação policial e dos tribunais. Pensava-se que depender do dinheiro proveniente do Estado tornaria o movimento comprometido com seus interesses.

Quando entrei em cena, estávamos muito distantes das origens do movimento moderno do início dos anos 70 e continuamos a nos desviar ainda mais. Atualmente, o campo da antiviolaência está repleto de terapeutas, assistentes sociais e defensores da causa bem-

Mariame Kaba

intencionados, que surgem nesse trabalho com uma mentalidade assistencialista. Andrea Smith, ativista-acadêmica feminista, fornece algum contexto:

Para o movimento contra a violência, a mudança para a burocratização coincidiu com o influxo de dólares estaduais e federais em programas contra a violência, particularmente com o Violence Against Women Act [Lei da Violência Contra a Mulher]. Grupos contra a violência, então, começaram a mudar o seu foco do trabalho de organização contra a violência para serviços de apoio contra a violência. Com as restrições que as verbas federais normalmente colocam no tipo de trabalho que grupos contra a violência podem fazer, o seu trabalho se tornou amigável ao Estado (como, por exemplo, apelar ao aumento da criminalização contra a violência sexual e doméstica), em vez de resistente perante o Estado (como iniciativas de prevenção da violência ou alternativas ao encarceramento).

Estou agora entrando no meu 31º ano de trabalho nesta área (como ativista, defensora da causa, mobilizadora ou trabalhadora) e me considero uma exilada dos campos financiados contra o estupro e contra a violência doméstica. Da minha posição de exílio, comprometo-me a resgatar um modelo de abordagem do dano que não dependa do estado punitivo como o primeiro recurso para aplicar a assim chamada “justiça”.

Nisso, faço parte da linhagem de feministas antiprisionais que questionaram a ideia de que o policiamento e as prisões eram a solução para a violência interpessoal.

Desde cedo, os movimentos contra o estupro e contra a violência doméstica foram permeados de tensões internas entre aquelas que se preocupavam com a cooptação dos movimentos pelo Estado e aquelas que acreditavam profundamente que o Estado precisava responder às demandas punitivas.

Em 1977, feministas do grupo Santa Cruz Women Against Rape [Mulheres de Santa Cruz Contra o Estupro] escreveram uma carta

Introdução

aberta publicada na revista *off our backs* que circulou entre ativistas ao redor do país. Abriu com as seguintes palavras:

Esta é uma carta aberta ao movimento contra o estupro. Nós, integrantes [do grupo] Mulheres de Santa Cruz Contra o Estupro, escrevemos esta carta porque estamos preocupadas com a direção que o movimento contra o estupro está tomando. Apesar de termos várias preocupações, algumas das quais expressas nesta carta, gostaríamos, em primeiro lugar, de abordar a questão da relação do movimento contra o estupro com o sistema de justiça criminal. As razões pelas quais estamos interessadas nesta questão têm muito a ver com o modo como nos vemos enquanto grupo de Mulheres Contra o Estupro. Somos um grupo político que se foca na questão do estupro e na violência contra mulheres e que trabalha para o objetivo de longo prazo de uma transformação radical da própria base da nossa sociedade. Não acreditamos que o estupro possa ser eliminado na atual estrutura societária capitalista, racista e sexista. A luta contra o estupro tem de ser travada em simultâneo com a luta contra todas as outras formas de opressão.

Quando o movimento organizado contra o estupro se desenvolveu há cinco anos, a maioria dos grupos contra o estupro eram coletivos feministas que se uniam em revolta perante a forma como a polícia e os tribunais tratavam as vítimas de estupro. Estes grupos (e o nosso estava entre eles) eram essencialmente políticos. Éramos críticas da polícia, dos tribunais, dos hospitais, das instituições que tradicionalmente lidam com vítimas de estupro. O seu péssimo tratamento de mulheres se tornou uma questão na mídia, sobretudo devido aos esforços do movimento de mulheres contra o estupro. Em efeito bola-de-neve, formaram-se outros tantos movimentos contra o estupro. Muitos destes grupos, no entanto, não se consideravam políticos, tampouco feministas. Eles se consideravam grupos prestadores de serviços, que queriam “ajudar vítimas de estupro”. Sentiam que o sistema de justiça criminal e o movimento contra o estupro tinham uma causa em comum, “a de tirar os estupradores da

rua”. Por conseguinte, estes grupos tendiam a encorajar ou persuadir mulheres a denunciar à polícia.

Apesar destas preocupações, as feministas carcerárias venceram. O cenário dos movimentos contra o estupro e contra a violência doméstica foram incrivelmente bem-sucedidos em aprovar leis e criar novos “crimes”. O foco em tornar a polícia mais responsiva a estas instâncias de violência levou a uma relação simbiótica entre os defensores da causa antiviolência e o sistema de justiça criminal, uma relação que, na verdade, põe em perigo e criminaliza sobreviventes específicas. Além disso, a profissionalização deslegitima e apaga as vozes daqueles que resistem às intervenções carcerárias como solução principal para acabar com a violência de gênero.

A colaboração entre estes campos e a polícia tem sido destrutiva para a segurança de várias sobreviventes de violência. Muitas sobreviventes dizem-me regularmente que NÃO querem envolver a polícia ou os tribunais em suas vidas. Querem simplesmente que a violência acabe. A maioria das pessoas preferem nada em oposição ao sistema de punição criminal atual. Trata-se de uma verdadeira rejeição do sistema atual.

Em primeiro lugar, a maioria das vítimas de abuso sexual não recorre ao sistema criminal e a maioria dos estupradores não é preso. A cada 1000 abusos sexuais, 230 são denunciados, 46 levam à condenação, 9 são encaminhados a promotores, 6 levam a uma condenação criminal. (Fonte: [RAINN.org/statistics/criminal-justice-system](https://rainn.org/statistics/criminal-justice-system)). Se o objetivo é eliminar o estupro através do processo legal-criminal, diria então que, com base nos números, essa estratégia já falhou.

Li pela primeira vez a carta aberta das Mulheres de Santa Cruz contra o estupro em meados da década de 1990. Foi um bálsamo. Já estava desencantada com o cenário de financiamento no campo da violência de gênero. Sobreviventes com quem eu trabalhava rejeitavam consistentemente o que oferecíamos, que, na sua maioria, eram soluções jurídicas. Aquela carta aberta me levou a aprofundar e a aprender mais sobre a verdadeira história do trabalho de organização

Introdução

política contra o estupro e contra a violência doméstica. Aprendi que em todos os momentos da história ideias eram contestadas. Um lado ganhava e outros perdiam. A história não se desenrolava tal como uma série de ondas, mas enquanto disputas e lutas.

Atualmente, nesse momento de #MeToo, há um interesse renovado sobre violência sexual por alguns membros do público. Dou as boas-vindas a esse interesse. No entanto, é importante aprender com o passado para evitar erros do passado. Não iremos eliminar o estupro através da criminalização. As mulheres do grupo Mulheres de Santa Cruz Contra o Estupro nos alertaram sobre isso em 1977. Quis fazer este zine para introduzir a carta aberta a uma nova geração de ativistas, mobilizadores e trabalhadores que talvez ainda não a tenham conhecido. Convido todos aqueles que encontrarem esta publicação a ler a carta e discuti-la com as próprias comunidades. O que é que na carta ressoa com você? O que é surpreendente para você? O que continua relevante hoje? O que parece ultrapassado? Se você fosse escrever uma carta aberta ao movimento contra o estupro hoje, o que você diria?

A minha carta aberta ao movimento contra o estupro, escrita em 2020, apontaria que as prisões e o policiamento são projetados para abusar e violar pessoas. As suas dinâmicas espelham a violência doméstica e sexual interpessoal. Trata-se de uma característica e não de um defeito. A prisão em particular é, como afirma o professor de direito e ativista Dean Spade, “estupradora em série”. Quando condenamos pessoas à prisão, estamos essencialmente condenando-as ao estupro judicial. Criminalização é violência sexual inerentemente. Não é simplesmente co-constitutiva da violência sexual. Ela É a promulgação estatal da violência de gênero. Se não acreditam em mim, pensem nas rotinas de revista íntima (que acontecem em espaços carcerários). É claro que os prisioneiros estão sujeitos a isso, mas também as pessoas que os visitam. As revistas de cavidades de pessoas que dirigem seus próprios carros são uma parte regular do policiamento. A violação sexual da revista pessoal durante as *blitz* são rotina. Além disso, ao

Mariame Kaba

reforçar rigidamente a binariedade, as prisões isolam, punem e visam pessoas que não se conformam às normas existentes de expressão e apresentação de gênero. Em resumo, prisões e cadeias implantam e mantêm rotineiramente a violência de gênero. A criminalização reproduz e mantém a violência de gênero.

A prisão não é feminista. Opressão e dominação são as principais características do complexo industrial-prisional. A cientista política e feminista Charlotte Bunch sugere que o feminismo “enquanto perspectiva política, trata de mudanças estruturais – eliminar a dominação e resistir à opressão”. Partindo desta definição, prisões não podem ser feministas. Se como Angela Davis sugere: “a prisão é uma componente chave do aparato coercitivo do Estado, cuja função primordial é garantir o controle social”, então como pode um feminismo que procura eliminar a dominação e resistir à opressão abraçar a prisão como estratégia central para erradicar a violência?

Não podemos lidar com vulnerabilidades e violência através da criminalização, que é sempre racializada, generificada e heteronormativa. Uma questão chave em 2020 deve ser: “Como concebemos a segurança fora da lógica carcerária?” A nossa atenção e trabalho de organização política devem focar-se nisso. Tomem a palavra e escrevam a sua própria carta aberta ao movimento contra o estupro. Precisamos de mais manifestos. Sou grata ao meu amigo Hope Dector por projetar este zine e a Jes Skolnik por oferecer algumas palavras no final. Obrigada a Aim Ren Beland e Asha Edwards pela arte.

Em solidariedade,

Mariame Kaba

Fundadora e Diretora do Project NIA

Co-fundadora da Survived & Punished

Co-fundadora e pesquisadora do projeto Interrupting Criminalization: Research in Action no Barnard Center for Research on Women (BCRW).

Leituras recomendadas

Arrested Justice: Black Women, Violence, and America's Prison Nation.

Beth E. Richie (NYU Press, 2012)

All Our Trials: Prisons, Policing, and the Feminist Fight to End Violence.

Emily L. Thuma (University of Illinois Press, 2019)

Color of Violence: The INCITE! Anthology. Incite! Women of Color Against Violence (Duke University Press, 2016)

The Revolution Will Not Be Funded: Beyond the Non-Profit Industrial Complex. Incite! Women of Color Against Violence (Duke University Press, 2017)

CARTA ABERTA AO MOVIMENTO CONTRA O ESTUPRO (1977)

Por robin mcduff, deanne pernell e karen Saunders
Santa Cruz Women Against Rape

Esta é uma carta aberta ao movimento contra o estupro. Nós, integrantes [do grupo] Mulheres de Santa Cruz Contra o Estupro, escrevemos esta carta porque estamos preocupadas com a direção que o movimento contra o estupro está tomando. Apesar de termos várias preocupações, algumas das quais expressas nesta carta, gostaríamos, em primeiro lugar, de abordar a questão da relação do movimento contra o estupro com o sistema de justiça criminal. As razões pelas quais estamos interessadas nesta questão têm muito a ver com o modo como nos vemos enquanto grupo de Mulheres Contra o Estupro. Somos um grupo político que se foca na questão do estupro e na violência contra mulheres e que trabalha para o objetivo de longo prazo de uma transformação radical da própria base da nossa sociedade. Não acreditamos que o estupro possa ser eliminado na atual estrutura societária capitalista, racista e sexista. A luta contra o estupro tem de ser travada em simultâneo com a luta contra todas as outras formas de opressão.

Quando o movimento organizado contra o estupro se desenvolveu há cinco anos, a maioria dos grupos contra o estupro eram coletivos feministas que se uniam em revolta perante a forma como a polícia e os tribunais tratavam as vítimas de estupro.¹ Estes grupos (e o nosso estava entre eles) eram essencialmente políticos. Éramos críticas

¹ Reconhecemos que a seguinte “história” do movimento contra o estupro é um tanto simplista, mas consideramo-la, no geral, precisa. Sabemos que existem muitas variações nestas tendências e que existe um conflito dentro dos grupos sobre questões como esta. Também tivemos menor contato com o movimento da Costa Leste do que tivemos com o movimento da Califórnia e da Costa Oeste. No entanto, consideramos que as questões que levantamos são problemas reais do movimento contra o estupro e que deveriam ser abordadas com seriedade.

Santa Cruz Women Against Rape

da polícia, dos tribunais, dos hospitais, das instituições que tradicionalmente lidam com vítimas de estupro. O seu péssimo tratamento de mulheres se tornou uma questão na mídia, sobretudo devido aos esforços do movimento de mulheres contra o estupro. Em efeito bola-de-neve, formaram-se outros tantos movimentos contra o estupro. Muitos destes grupos, no entanto, não se consideravam políticos, tampouco feministas². Consideravam-se grupos prestadores de serviços, que queriam “ajudar vítimas de estupro”. Sentiam que o sistema de justiça criminal e o movimento contra o estupro tinham uma causa em comum, “a de tirar os estupradores da rua”. Por conseguinte, estes grupos tendiam a encorajar ou persuadir mulheres a denunciar à polícia.

Os grupos explicitamente políticos estavam frustrados, tanto pela ineficácia e falta de resposta do sistema de justiça criminal, como pela crescente taxa de estupros. Enquanto vários, em teoria, continuaram críticos do sistema de justiça criminal, a maioria dos grupos sentiu que era importante trabalhar para construir ou melhorar as relações com a polícia e com outras agências criminais. Eles esperavam que isso levasse ao aumento na acusação e condenação de estupradores. Nas tentativas por parte de grupos contra o estupro em construir boas relações com o sistema de justiça criminal, as críticas a estas agências têm sido retidas, ou tratadas através dos canais da polícia em vez de se exercer pressão externa (por exemplo, através dos meios de comunicação social, manifestações, etc.). Esta tendência para trabalhar com o sistema de justiça criminal é reforçada pelo fato de que muitos grupos são apoiados por fundos governamentais. Consequentemente, existe o impulso inevitável – se não uma obrigação contratual direta – de persuadir mulheres a prestar denúncias à polícia.

² Naturalmente, todos os grupos são políticos. É tão político trabalhar no sistema para manter o status quo (como no caso dos grupos que prestam serviços), como é trabalhar pela mudança.

uma escolha?

Vários grupos afirmam ser neutros no que diz respeito a denunciar um estupro à polícia; dizem que nem obrigam as mulheres a fazê-lo, nem lhe dizem para não o fazer. A sua bibliografia e apoio telefônico tende a dar informação às mulheres sobre como denunciar um estupro e qual é o procedimento policial e hospitalar. Não apresentam outras opções além de ir à polícia ou não fazer nada. Assim, se uma mulher sente que gostaria de fazer outra coisa sobre o seu estupro, mas a única coisa que lhe é referida é a polícia, a sua escolha provável será ir à polícia. Na medida em que não existem muitas alternativas, apoiamos o direito individual das vítimas de estupro de recorrer ao sistema de justiça criminal. Não achamos que deva ser forçada ao que quer que seja, quer seja denunciar ou não denunciar o estupro à polícia. Mas enquanto grupo contra o estupro, temos a responsabilidade de expor a função e desafiar o processo do sistema de justiça criminal. Tentativas de “melhorar as relações” com o sistema de justiça têm servido para cooptar nosso movimento e têm levado à crença (ou esperança) de que o sistema de justiça criminal pode resolver o problema do estupro. No entanto, a natureza sexista e racista do sistema de justiça criminal só piora o problema.

Opomo-nos à visão de vários grupos contra o estupro em relação ao sistema de justiça criminal por várias razões. O sistema de justiça criminal demonstrou ser omissivo e insensível às necessidades das mulheres. O suplício de denunciar um estupro e enfrentar o julgamento é doloroso e degradante. Mesmo que os indivíduos envolvidos tentem ser agradáveis e úteis, os processos e a estrutura do sistema de justiça criminal como um todo permanecem hostis e omissos perante vítimas de estupro. Isto acontece porque as mulheres envolvidas não têm poder no processo: é a polícia que decide se ela foi “realmente estuprada”, o DNA frequente decide que não é um “bom caso” para “apresentar denúncia” e os júris hesitam em condenar o estuprador.

manter o fim à vista

É verdade que a taxa de condenação para estupradores é baixa. Isto ocorre sobretudo devido ao sexismo e os mitos sexistas sobre estupro na nossa cultura. Abominamos as razões para a baixa taxa de condenação, mas isso não significa que devemos trabalhar para aumentar a taxa de condenações. Homens do chamado Terceiro Mundo e/ou homens brancos pobres têm maiores chances de serem condenados por estupro, como é o caso de condenações por quase todos os outros crimes. Para que o promotor “ganhe” um caso de estupro, ele (ou, raramente, ela) tem de usar presunções e estereótipos sexistas, racistas e classistas, apoiando-se assim nos piores aspectos do sistema. Se o objetivo desse processo é lutar e acabar com o estupro, é ruim e autodestrutivo usar meios racistas e classistas para atingir esse fim. O processo é fundamental para o real sucesso do fim.

A resposta não é somente “tirar os estupradores da rua”. As próprias prisões são incapazes de mudar estupradores. A cultura prisional é semelhante à do mundo exterior, com toda pressão intensificada. Papéis sexuais masculinos, violência e relações de poder que levam ao estupro em primeiro lugar são reforçadas na prisão. Estupradores presos não param de estuprar – eles simplesmente impõem o seu poder sobre homens mais fracos que eles. As prisões não lidam com a raiz do problema, somente adicionam-na às causas. Os homens que saem da prisão não aprendem novas formas de se relacionar com mulheres e não desenvolvem nenhuma consciência sobre o porquê de estuprarem e como mudar. É provável que voltem a estuprar.

Além disso, a ênfase de muitos grupos contra o estupro em levar as mulheres a denunciar leva a um foco bastante estreito em situações de estupro muito específicas. A maioria das mulheres vivenciam vários níveis de violência no cotidiano – de amigos e namorados assim como de estranhos. A resposta a esta situação não é processar judicialmente todos os casos (o que é impossível e nada prático, assim como inútil), mas trabalhar em criar alternativas para as pessoas no dia a dia. Isto

Carta aberta ao movimento contra o estupro (1977)

envolve mudar as instituições e a cultura que promove sexismo, racismo e violência.

Aqueles grupos contra o estupro que passam o tempo trabalhando por reformas legislativas encontram muitos dos mesmos problemas e obstáculos. Atitudes sexistas (e ações) não são eliminadas com leis. A legislação não existe isolada; até mesmo uma “boa” legislação contra o estupro (não é claro o que isso seria) será ineficaz numa sociedade sexista que encoraja a violência contra mulheres e num sistema de justiça criminal que persegue homens do Terceiro Mundo e homens brancos pobres.

nós como prioridade

O tempo e energia usados para desenvolver uma boa relação com as agências do sistema de justiça criminal e em reformas legislativas poderia ser melhor gasto. Em vez disso, o movimento contra o estupro deveria trabalhar com educação comunitária e desenvolver alternativas práticas que lidam tanto com os sistemas e as raízes do sexismo e da violência. Queremos que o nosso foco seja a criação de várias alternativas comunitárias com o apoio da comunidade, porque consideramos que a responsabilidade para lidar com o estupro deve estar nas mãos de todas as pessoas da comunidade. Algumas das ideias e alternativas que estamos a elaborar atualmente incluem:

1. Encorajamos as pessoas a se juntarem para discutir formas de cuidarmos uns dos outros. Isso inclui vigílias por blocos para manter os bairros seguros, mobilizar-nos nos locais de trabalho para obter apoio para lidar com o assédio por patrões e colegas de trabalho e organização nas escolas para obter aulas de autodefesa etc.
2. Tentamos criar consciência nas pessoas de que elas devem reagir perante um grito ou um pedido de ajuda e que devem ir em auxílio de uma mulher no caso de parecer estar a ser assediada.

Santa Cruz Women Against Rape

3. Imprimimos descrições de homens que estupram, assediam e agredem mulheres para que o estupro se torne uma questão pública, para que os homens percam o anonimato e para que as mulheres possam ser alertadas em relação a homens específicos.
4. Confrontos de estupradores etc., pelas mulheres (ou mulheres e homens). A mensagem que queremos apresentar é a de que sabemos quem eles são e o que fizeram, e que são responsáveis pelas suas ações, e que têm a responsabilidade de mudar. Tentamos oferecer acompanhamento reeducativo por homens antissexistas. Embora pensemos que todo o confronto individual é importante, esperamos que cada um tenha o efeito mais generalizado de encorajar as pessoas a forçar os homens a parar o comportamento violento e sexista. Isto significa que as pessoas têm que lidar com os homens que lhes são próximos – a sua família, amigos etc., assim como com estranhos que assediam mulheres.

Os confrontos podem ser bons para mulheres que foram estupradas ou assediadas porque permitem que ela seja ativa e esteja em poder numa situação em que é seguro para tal. Ela pode tomar as próprias decisões sobre como o confronto vai ocorrer e o que gostaria de dizer. Podemos ajudá-la a formar um grupo de mulheres que a apoiarão durante o processo. Isto é muito diferente de denunciar um estupro à polícia, onde o papel da mulher é de passividade (enquanto testemunha do Estado) e onde outros tomam as decisões do caso por ela (contate-nos para mais informações sobre confrontos).

Compreendemos que o estupro não vai ser eliminado com a criação destas poucas alternativas; que o estupro só vai ser eliminado com o desenvolvimento de um novo sistema que ofereça condições para as mudanças na vida das pessoas. Queremos desenvolver um movimento que trabalhe rumo a estas mudanças. É crucial que os grupos contra o estupro não se concentrem com uma questão isolada,

Carta aberta ao movimento contra o estupro (1977)

se eximindo de desenvolver uma análise mais ampla da sociedade como um todo. Estamos impressionadas pelo que sabemos do movimento contra o estupro na República Popular da China. De todas as provas e relatórios, o estupro não acontece ou é extremamente raro lá. Foi eliminado através de um processo revolucionário que mudou os homens, as mulheres e as condições materiais em simultâneo. Encorajamos toda a gente a ler *Goldflower's Story* de Jack Belden, um panfleto que lida com esse processo à medida que acontecia na China.

varrendo os mitos

Outra preocupação que temos é a falta de desenvolvimento de uma política e prática antirracista no próprio movimento contra o estupro. Historicamente, o estupro tem sido uma ferramenta usada contra povos do Terceiro Mundo. O mito sexista de que a mulher “pediu por isso” e que mentem sobre o estupro é aplicado muito mais vezes a todas as mulheres do Terceiro Mundo do que a mulheres brancas. Mulheres negras têm sido particularmente sujeitas ao estupro por homens brancos desde a escravatura até hoje, na medida em que a sociedade nunca as protegeu. Além disso, o estupro era a principal arma utilizada contra mulheres na campanha genocida contra povos nativos. O mito de que a maioria dos estupradores são homens negros tem tido enormes consequências. Milhares de homens negros foram linchados ou legalmente executados porque “olharam errado para uma mulher branca”. Das 450 execuções legais por estupro, 408 dos homens eram negros. É fundamental que os grupos contra o estupro lutem contra os mitos racistas, estereótipos e instituições que estão associados ao estupro. O primeiro passo neste processo é parar de apoiar o sistema de justiça criminal, porque apesar das intenções, o sistema é racista de ponta a ponta. As prisões são usadas para manter todos os povos do Terceiro Mundo submissos. Não podemos virar nossas costas ao racismo do sistema quando um homem negro é processado e esperar que esse mesmo racismo não seja usado contra Joann Little, Yvonne Wanrow, Inez Garzia, etc. Como dissemos anteriormente, não

Santa Cruz Women Against Rape

devemos apoiar um processo racista para qualquer fim. Devemos lutar contra o racismo e contra o sexismo em conjunto.

nós como prioridade

Vemo-nos como um grupo político que oferece serviços educacionais e tenta construir alternativas, não num contexto isolado, mas para ampliar a consciência das pessoas sobre as diferentes formas de opressão e a necessidade de mudar o sistema. Chamamo-nos feministas socialistas, trabalhamos para construir um movimento revolucionário local forte com boas políticas sobre estupro. Vemos a necessidade por um movimento revolucionário nacional (e internacional) forte que ofereça um contexto favorável para o nosso trabalho contra o estupro. Queremos permanecer em contato próximo com o movimento contra o estupro. Queremos ser parte do movimento contra o estupro que apoia e constrói laços com outros movimentos progressistas. Essa é uma das razões pela qual escrevemos esta carta. Esperamos que as ideias e questões levantadas nesta carta sirvam para acender a discussão e o debate dentro dos grupos contra o estupro e no movimento de esquerda como um todo. Estamos muito interessadas em qualquer sugestão que o leitor possa ter. Estamos especialmente interessadas em explorar alternativas! Por favor escreva para nós em: Santa Cruz Women Against Rape, P.O. Box 711, Santa Cruz, Califórnia, 95061, ou nos contate em (408) 426-RAPE.